

## Repercussões do Conflito Conjugal para o Ajustamento de Crianças e Adolescentes: Um Estudo Teórico

*Viviane Ribeiro Goulart*

*Adriana Wagner\**

*Paola Vargas Barbosa*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

*Clarisse Pereira Mosmann*

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil

### RESUMO

As repercussões do conflito conjugal no desenvolvimento da prole vêm sendo estudadas de forma expressiva no contexto internacional. Assumindo a relevância desta temática para a saúde mental familiar, o objetivo do presente estudo é descrever as repercussões do conflito conjugal para o ajustamento de crianças e adolescentes, a partir da literatura. Para tanto, fez-se uma articulação dos resultados de pesquisas derivadas dos principais modelos teóricos que explicam tais reverberações no contexto familiar. Expõem-se resultados de estudos acerca da percepção, dos sentimentos e das estratégias de enfrentamento dos filhos diante do conflito conjugal, demonstrando a influência negativa do conflito para o desenvolvimento dos filhos e, confirmando o efeito *spillover*. Destacam-se o reconhecimento do caráter multidimensional do conflito e a existência da multiplicidade de caminhos e fatores que influenciam a vulnerabilidade dos filhos ao conflito conjugal.

*Palavras-chave:* conflito conjugal; filhos; parentalidade.

### ABSTRACT

#### Effects of Marital Conflict for Children's Adjustment: A Theoretical Study

The impact of the marital conflict on offspring's development has been studied in a significant way in the international context. Based on the importance of this issue for family's mental health, the aim of this study is to describe the impact of marital conflict on the adjustment of children and adolescents based on the literature. As such, an articulation of the results derived from the main theoretical frameworks that aim to explain such reverberations on the family context is made. Results of the studies regarding the appraisals, feelings and coping strategies of the children facing marital conflict are shown, demonstrating the negative influence of the conflict for the offspring's development, and confirming the spillover effect. Noteworthy are the recognition of the multidimensional nature of the conflict and the existence of multiple paths and factors that influence the vulnerability of children to marital conflict.

*Keywords:* conflict; children; parenting.

O conflito conjugal pode ser definido como qualquer situação de interação entre o casal que envolva diferença de opinião, negativa ou positiva (Cummings & Davies, 2010). Quando um casal não tem filhos, o enfrentamento das situações de conflito pode ficar limitado ao contexto conjugal. Entretanto, quando se trata de cônjuges que moram com seus filhos, é natural que crianças e adolescentes estejam expostos, em

alguma medida, às discórdias conjugais. Assim, as respostas do casal frente a situações de conflito podem ir além do contexto conjugal, gerando repercussões para o desenvolvimento dos filhos e para a dinâmica das relações familiares.

A associação entre problemas conjugais e prejuízos no desenvolvimento dos filhos é uma ideia difundida e compartilhada socialmente. Essa associação está tam-

---

\* Endereço para correspondência: Adriana Wagner – [adrianawagner.ufrgs@hotmail.com](mailto:adrianawagner.ufrgs@hotmail.com)

bém bastante reconhecida na prática clínica, além de já ter sido documentada em estudos nacionais (Mosmann e Wagner, 2008) e internacionais (Cummings & Davies, 2010; Grych & Fincham, 2001). Cummings e Davies (2010), a partir da revisão da literatura especializada, concluíram que dentre todas as variáveis associadas às dificuldades conjugais, o conflito se destaca como um preditor primário de problemas de ajustamento nos filhos.

Os estudos sobre os conflitos conjugais e sua reverberação no desenvolvimento infantil têm sido bastante expressivos no contexto internacional, principalmente, nas duas últimas décadas (Benetti, 2006). Embora se saiba que as crianças e adolescentes não são afetados pelo conflito entre seus pais da mesma maneira, existem evidências consistentes apontando para uma forte associação entre tais situações e problemas de comportamento nos filhos, de distintas faixas etárias (Davies, Sturge-Apple, Bascoe, & Cummings, 2014; Stutzman et al., 2011).

Estão descritas na literatura duas vias de reverberação do conflito conjugal no desenvolvimento dos filhos: a direta e a indireta. A direta ocorre quando os filhos testemunham as brigas, podendo gerar comprometimento no desenvolvimento psicológico (Davies & Cummings, 1994; Davies, Sturge-Apple, Bascoe, & Cummings, 2014), social (Grych & Fincham, 1990; Jouriles, Vu, McDonald, & Rosenfield, 2014) e acadêmico (Harold, Aitken, & Shelton, 2007). A forma indireta consiste em repercussões do conflito que não é presenciado pelos filhos, como, por exemplo, a mudança na atmosfera familiar após uma briga que decorre na redução da disponibilidade parental (Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2006a, Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2006b) e no aumento da hostilidade no relacionamento entre os irmãos, por exemplo (Dunn & Davies, 2001).

No contexto internacional, diversos estudiosos do tema há mais de duas décadas vêm se preocupando em discutir os efeitos dos conflitos conjugais sobre o desenvolvimento dos filhos (Barletta & O'Mara, 2006; Cummings & Davies, 2002; Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; Kouros, Goeke-Morey, Papp, & Cummings, 2014; Zimet & Jacob, 2000). Embora ainda de forma modesta, na última década apareceram estudos nacionais de revisão da literatura que abordam a influência das relações familiares sobre o comportamento dos filhos. Neste

sentido, já foram estudados os problemas de externalização do comportamento nos filhos e as relações familiares (Szelbraciokowski & Dessen, 2007), bem como o impacto do conflito conjugal sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes (Benetti, 2006) e sobre o comportamento de crianças, com enfoque na parentalidade (Villas Boas, Dessen, & Melchiori, 2010). Entretanto, ainda há uma lacuna de produção científica no contexto nacional, considerando a relevância da temática.

Em meados dos anos noventa, Erel e Burman (1995) avançaram nessa perspectiva no contexto internacional, investigando o tipo de relação entre a qualidade conjugal e o comportamento parental. A partir da identificação de uma associação positiva entre ambos, comprovaram que o tom afetivo do relacionamento conjugal reverbera no relacionamento dos pais para com os filhos, efeito que denominaram *spillover*. Com o objetivo de analisar especificamente a associação entre o conflito conjugal e a parentalidade, Krishnakumar e Buehler (2000) encontraram evidências que apoiam a hipótese *spillover*. De acordo com essas pesquisadoras, os achados indicam que os comportamentos parentais mais afetados pelo conflito conjugal são os aspectos relacionados à disciplina que os progenitores exercem sobre os filhos. Quando há conflitos expressivos no subsistema conjugal a forma de disciplinar tende a se tornar mais severa, e a aceitação parental passa a ter níveis reduzidos na expressão de afeto, apoio e sensibilidade.

Nesse mesmo intuito, pesquisadoras brasileiras (Mosmann & Wagner, 2008) realizaram um estudo com 149 casais residentes no interior e na capital do Rio Grande do Sul, com pelo menos um filho adolescente. As pesquisadoras investigaram a correlação entre variáveis da conjugalidade, entre elas, os conflitos, e duas dimensões da parentalidade: exigência e responsividade. Os resultados indicaram que quanto maior o nível de conflito entre os cônjuges, maior a exigência e menor a responsividade dos pais em relação aos filhos. Tais achados corroboram o efeito *spillover* e a relevância deste no entendimento dos processos familiares, considerando as suas possíveis repercussões no desenvolvimento da prole.

A associação ampla entre o conflito conjugal e o desenvolvimento dos filhos é consenso, tanto no contexto nacional quanto internacional. Entretanto, nas últimas décadas pesquisadores internacionais têm

avançado significativamente no estudo das especificidades destas interações. Estes achados ainda não são convergências na área e, assumindo as idiossincrasias contextuais, pouco investigados no Brasil. Desta forma, identificar teoricamente os fatores específicos do conflito conjugal e a natureza e magnitude de suas reverberações no desenvolvimento da prole se constituem em subsídios valiosos, tanto no que se refere aos procedimentos de avaliação e diagnóstico da família, como nas intervenções terapêuticas e de promoção de saúde (Mosmann & Wagner, 2008). Neste sentido, o objetivo deste artigo é descrever as repercussões do conflito conjugal para o ajustamento de crianças e adolescentes, a partir da literatura. Para tanto, faz-se uma articulação dos resultados de pesquisas derivadas dos principais modelos teóricos que explicam tais reverberações no contexto familiar.

## DA PESQUISA AOS MODELOS TEÓRICOS

Os achados empíricos a respeito dos efeitos dos conflitos conjugais sobre o desenvolvimento dos filhos podem-se distinguir em duas gerações de pesquisas (Cummings & Davies, 2002). A primeira delas ocupou-se em demonstrar a associação entre a discórdia conjugal e uma maior probabilidade de desenvolvimento de problemas nos filhos. Entretanto, uma segunda geração de pesquisas, desenvolvida na última década, conferiu maior sofisticação ao estudo da temática. Isto aconteceu, pois tais estudos lançaram um olhar sobre os processos e associações envolvidas entre o conflito conjugal e o comportamento dos filhos (Cummings & Davies, 2010).

Ao examinar os processos subjacentes ao conflito conjugal, tais investigações foram além da demonstração da existência de correlações estatisticamente significativas, contribuindo na busca de estruturação destes achados e na redução da insuficiência teórica sobre a temática (Davies & Cummings, 1994). Neste sentido, dois importantes artigos foram publicados na década de 1990, propondo modelos teóricos explicativos sobre a associação entre o conflito conjugal e o ajustamento infantil. Trata-se do Modelo Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990) e do Modelo da Segurança Emocional (Davies & Cummings, 1994).

Ao construir o Modelo Cognitivo-contextual, Grych e Fincham (1990) tiveram um propósito duplo. O primeiro objetivo foi o de realizar uma revisão crítica das pesquisas existentes na época, detalhando a

relação entre o conflito conjugal e o ajustamento infantil. Além disso, propuseram um modelo teórico para organizar tais estudos e facilitar as investigações sobre os processos subjacentes a estas relações, que já vinham sendo trabalhados por Cummings e Cummings (1988) e Bradbury e Fincham (1987, 1989).

O Modelo Cognitivo-contextual propõe que os efeitos dos conflitos conjugais para os filhos dependem da sua interpretação desse evento (Grych & Fincham, 1990). Além disso, postula que as respostas dos filhos também são influenciadas por fatores denominados por eles de contextuais. Esses fatores referem-se aos aspectos psicológicos do contexto, mais especificamente às características dos filhos em relação ao conflito conjugal. Os fatores contextuais são divididos em dois subtipos: distal e proximal. Na classe do contexto distal estão os fatores relativos aos filhos que são estáveis ou de mudança lenta ao longo do tempo, e, portanto, análogos ao traço. Incluem-se nessa categoria a experiência de viver em ambiente conflituoso, a percepção dos relacionamentos familiares, o temperamento e o sexo dos filhos. Já na classe do contexto proximal estão os pensamentos e sentimentos dos filhos que precedem o processamento da ocorrência do conflito, e poderiam ser considerados análogos ao estado (Grych & Fincham, 1990).

O contexto é entendido como uma espécie de cenário no qual o conflito conjugal é percebido pelos filhos, podendo afetar a sua interpretação. Fica evidente que, para o Modelo Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990) a interpretação dos filhos e o contexto destacam-se como fatores importantes envolvidos na relação entre o conflito conjugal e problemas de comportamento nas crianças ou adolescentes. O modelo propõe, ainda, que tanto a interpretação do conflito conjugal como o contexto em que ele ocorre podem ser influenciados pelo estágio de desenvolvimento dos filhos (Grych & Fincham, 1990). Em resumo, a avaliação cognitiva e as estratégias de enfrentamento dos filhos são moldadas pelo contexto e pelas propriedades do conflito conjugal (Davies & Cummings, 1994), descritas como a frequência, a intensidade, o conteúdo e a resolução.

Nesse modelo, o conflito conjugal pode ser entendido como um evento estressor que leva os filhos a empreender esforços para entender o que está ocorrendo, as razões para sua ocorrência e o que pode ser feito a respeito dessa situação. Para entender esses aspectos, os filhos fazem uma avaliação da situação

que compreende duas etapas de processamento. No processamento primário os filhos tomam consciência da ocorrência do conflito e vivenciam uma reação emocional decorrente desse evento. Posteriormente a essa etapa, segue-se o processamento secundário, através do qual os filhos buscam informações adicionais para entender as causas e consequências do conflito e avaliar a sua habilidade para lidar com esse tipo de episódio (Grych & Fincham, 1990). Embora não desconsidere os aspectos emocionais, o afeto nesse modelo é secundário, já que Grych e Fincham (1990) destacam o papel da cognição como mediador da relação entre o conflito conjugal e problemas de ajustamento nos filhos.

À época da proposição do Modelo Cognitivo-contextual, Davies e Cummings (1994) apontaram críticas a tais hipóteses, considerando-as relativamente genéricas no que diz respeito às especificidades de qual aspecto psicológico nos filhos seria mais afetado pelo conflito conjugal. Esses autores consideraram que, sobretudo, o Modelo Cognitivo-contextual não explicitava qual a perspectiva teórica do desenvolvimento que orienta as reações dos filhos, especialmente com relação aos aspectos emocionais. Contudo, embora na época da sua publicação o Modelo Cognitivo-contextual não tenha deixado clara a perspectiva teórica do desenvolvimento, algumas de suas proposições como, por exemplo, a modelagem, orientam-se pela Teoria da Aprendizagem Social (Bandura, 1973, 1977).

A partir de tais críticas, Davies e Cummings (1994) construíram seu próprio modelo, complementando o Modelo Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990), sem deixar de reconhecer a sua qualidade e valorizar a importância da cognição para as estratégias de enfrentamento dos filhos. Assim, ambos os modelos são convergentes em muitos aspectos. Entretanto, o Modelo da Segurança Emocional enfatiza o papel da emoção como processo fundamental envolvido na relação entre o conflito e problemas de ajustamento.

A Hipótese da Segurança Emocional de Davies e Cummings (1994) postula que os filhos têm um objetivo maior que é a busca por um senso de segurança e proteção no contexto familiar frente à situação do conflito conjugal (Cummings & Davies, 2010). A segurança emocional é entendida como um produto de vivências anteriores com o conflito entre os pais que

por sua vez influenciam as respostas dos filhos a futuros conflitos conjugais (Davies & Cummings, 1994). Assim, a segurança emocional influencia a avaliação cognitiva e a forma como os filhos lidam com o conflito conjugal, sendo um mediador da relação entre a exposição ao conflito e o ajustamento dos filhos. De acordo com o modelo (Davies & Cummings, 1994) é importante a diferenciação entre as formas de expressão dos conflitos. Os conflitos que se expressam de uma forma construtiva promovem o senso de segurança emocional dos filhos, enquanto as formas negativas de manifestação do conflito aumentam a insegurança emocional.

Após a realização de numerosos estudos corroborando as suposições dessa hipótese, seus autores atualmente tratam esse conjunto de proposições como a Teoria da Segurança Emocional (Davies & Cummings, 1994). Argumentam que a pesquisa necessita de uma orientação teórica para que uma maior sofisticação possa ser alcançada na compreensão dos processos envolvidos na relação entre o conflito conjugal e o ajustamento dos filhos (Cummings & Davies, 2010). A Teoria do Apego (Bowlby, 1969) é a teoria do desenvolvimento na qual estão baseadas as proposições do Modelo da Segurança Emocional, especialmente em relação à forma como o conflito conjugal afeta a relação entre pais e filhos. A premissa básica é a de que a segurança emocional deriva da qualidade do apego entre pais e filhos e também da qualidade do relacionamento conjugal dos pais. O conflito conjugal pode prejudicar tanto a qualidade do apego entre o genitor e o filho como a qualidade da representação interna que os filhos constroem da relação conjugal dos seus pais (Davies & Cummings, 1994). Como consequência disso, os filhos podem apresentar problemas de ajustamento ao longo do tempo.

Na comparação entre os dois modelos teóricos, em princípio, algumas diferenças são evidenciadas. No Modelo Cognitivo-contextual, a cognição é considerada o fator mediador do impacto do conflito, enquanto que, no Modelo da Segurança Emocional, os aspectos emocionais que são acionados frente a tais situações são considerados os principais mediadores nesse processo. Entretanto, a assimilação das experiências com os conflitos – Modelo da Segurança Emocional (Davies & Cummings, 1994) -, será processada pelo sujeito a partir de seus recursos cognitivos - Modelo Cognitivo-contextual (Grych e Fincham, 1990), não sendo possível, então, estabelecer uma dimensão pre-

ponderante nesta interação. O que parece ser relevante, então, serão os recursos cognitivos da criança em articulação com seus aspectos emocionais, cujas especificidades resultarão nos reflexos em seu desenvolvimento.

Um ponto em comum nos estudos de Grych e Fincham (1990), e de Davies e Cummings (1994), foi o destaque à necessidade de considerar o caráter multidimensional do conflito conjugal. A partir da revisão da literatura realizada na época da proposição de ambos os modelos, seus autores descreveram quatro dimensões do conflito: frequência, intensidade, conteúdo e resolução. Essas dimensões continuam sendo exploradas em pesquisas atuais (Lindahl & Malik, 2011).

Com relação à frequência, os conflitos podem variar de esporádicos a constantes, sendo esses últimos mais prejudiciais ao desenvolvimento dos filhos (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994). A intensidade dos conflitos pode variar amplamente, desde uma baixa disputa entre os cônjuges até a violência verbal e física (Mosmann & Falcke, 2011; Fincham, 2009). Diferentes pesquisas demonstram que conflitos mais intensos estão associados a maior desajustamento familiar, como menor coesão, maior agressividade e hostilidade (Lindahl & Malik, 2011), além de problemas de ajustamento para os filhos, como sintomas de internalização e externalização (Rogers & Holmbeck, 1997; Jouriles, Vu, McDonald, & Rosenfield, 2014).

Sobre os temas de conflito, sabe-se que podem ser diversos, desde comportamentos e características pessoais até abuso verbal e físico (Fincham, 2009). Dentre os temas de conflito conjugal doméstico, as discussões sobre a criação foram os mais frequentes no estudo de Papp, Cummings e Goeke-Morey (2009), embora brigas sobre responsabilidades doméstico-familiares, dificuldades de comunicação, lazer e dinheiro também apareceram como recorrentes. Um estudo nacional também encontrou maior frequência de conflitos sobre a educação dos filhos (Mosmann & Falcke, 2011).

Embora os conflitos conjugais possam versar sobre temas variados, as discussões sobre a criação dos filhos podem ser especialmente estressantes para as crianças (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994). Diante de tal situação, os filhos podem sentir medo de serem envolvidos no conflito entre os pais (Atkinson, Dadds, Chipuer, & Dawe,

2009; Grych & Fincham, 1993). A sensação de se sentir a causa do conflito entre os pais pode levar a criança a sentir culpa (Lindahl, & Malik, 2011), tristeza e vergonha (Grych & Fincham, 1990; Grych, Fincham, Jouriles, & McDonald, 2000). Além disso, as respostas da prole tendem a ser mais intensas quando elas se consideram a causa do conflito (Grych & Fincham, 1993). As pesquisas indicam que, de forma geral, o bem-estar dos filhos é prejudicado quando se sentem culpados pelos conflitos conjugais (Grych & Fincham, 1990; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001).

Quanto às formas de resolução, o manejo do conflito pode variar desde padrões construtivos a destrutivos (Cummings & Davies, 2010), sem haver uma simples dicotomia entre a solução completa do conflito e a falta total de resolução, mas uma ampla gama de desfechos entre esses dois extremos (Goeke-Morey, Cummings, & Papp, 2007). Os padrões construtivos acontecem quando são resolvidos de forma positiva, com apoio, demonstrações de afeto e resolução dos problemas (Goeke-Morey, Cummings, Harold, & Shelton, 2003). Por outro lado, os padrões destrutivos incluem manejo do conflito com hostilidade, ameaça e atitudes como agressão física e verbal (McCoy, Cummings, & Davies, 2009). O conflito conjugal por si só não é necessariamente um causador de danos aos filhos (Fincham & Hall, 2005), mas sim a forma como o casal maneja tais situações, configurando as brigas como eventos estressores e potencialmente negativos para os filhos.

Existem indícios de que a forma como os episódios de conflito conjugal termina influencia as reações dos filhos. Para investigar essa relação, Goeke-Morey et al. (2007) realizaram um estudo norte-americano que investigou os desfechos dos conflitos conjugais de 102 casais e a sua repercussão para os filhos. Foram avaliadas as repercussões de cinco estratégias de resolução, que incluíam (a) comprometimento, (b) pedido de desculpa, (c) submissão, (d) concordância em discordar, e (e) distanciamento. Os resultados sugerem que o comprometimento é a forma de resolução que tem repercussões mais benéficas para os filhos, pois diminui as reações negativas, como tristeza e medo. Por outro lado, de todas as formas de resolução avaliadas, o distanciamento parece ser a pior estratégia adotada pelos cônjuges, já que aumenta o sofrimento psíquico dos filhos.

Avançando em sua compreensão sobre o conflito conjugal, Cummings e Davies (2010) entendem que

os filhos podem beneficiar-se da observação da resolução saudável do conflito conjugal de seus pais. Testemunhar os pais resolvendo seus conflitos pode fornecer aos filhos lições sobre como resolver os seus próprios conflitos nas suas relações interpessoais. Esses autores argumentam, ainda, que pais que se mostram capazes de manejar adequadamente os seus conflitos conjugais transmitem aos filhos uma sensação de segurança de que futuros conflitos serão resolvidos. Ademais, interações positivas entre os pais após o conflito, bem como explicações para os filhos de que os problemas conjugais foram resolvidos podem ser tão benéficas quanto a observação da resolução (Cummings, Simpson, & Wilson, 1993). As crianças se beneficiam até mesmo em situações em que os pais não conseguiram resolver o conflito conjugal, mas afirmam para os filhos que esperam solucioná-lo no futuro (Cummings & Davies, 2010). Frente a isso e partindo da premissa de que os conflitos são inerentes às relações, pode-se afirmar que a forma como eles são tratados no seio da família é fator fundamental na garantia de melhores níveis de saúde das relações. Nesse caso, lidar com o conflito como algo possível de ser encaminhado, sem que paralise o desenvolvimento dos membros da família, é um dos desafios que os cônjuges devem enfrentar na liderança da educação de sua prole, assim como nos reflexos em seus níveis de crescimento da qualidade conjugal.

### Rumo ao entendimento da perspectiva dos filhos

Com o intuito de avançar o conhecimento acerca dos processos intrínsecos da relação entre o conflito conjugal e o desenvolvimento dos filhos passou-se a testar estatisticamente o papel moderador ou mediador de algumas variáveis, entre elas, a avaliação, os sentimentos e as estratégias de enfrentamento dos filhos.

Segundo Cummings e Davies (2010), as variáveis mediadoras explicam ‘como’ e ‘por que’ o conflito conjugal se relaciona ao ajustamento dos filhos, enquanto as variáveis moderadoras respondem às perguntas ‘para quem’ e ‘quando’ se dá essa associação. Embora se observe certa convergência nas pesquisas acerca do papel de uma determinada variável, nem sempre os pesquisadores constroem as mesmas hipóteses sobre a sua função. Por exemplo, enquanto alguns pesquisadores propõem que a avaliação do conflito pelos filhos tem papel moderador (Rogers & Holmbeck, 1997), outros testam o seu papel como variável mediadora (Gerard, Buehler, Franck, & Anderson, 2005).

Observa-se que a maioria das pesquisas investiga reações específicas de crianças e adolescentes frente ao conflito conjugal. O foco dos pesquisadores tem sido avaliar o tipo de influência que o conflito conjugal exerce sobre o ajustamento dos filhos e as reações desses frente a tais eventos. As respostas dos filhos são consideradas como esforços empreendidos por crianças e adolescentes para interpretar e lidar com o conflito conjugal de seus pais. Tais reações aparecem descritas na literatura agrupadas em classes, de acordo com a sua natureza.

Rhoades (2008), pesquisadora norte-americana, realizou um estudo metanalítico propondo que os filhos podem apresentar quatro tipos de reações ao conflito dos pais: (a) cognitivas, (b) afetivas, (c) comportamentais, e (d) fisiológicas. Posteriormente, examinou as relações entre as quatro categorias de respostas ao conflito conjugal e o ajustamento de crianças e adolescentes. Foram analisadas 71 pesquisas com participantes com idade entre 5 e 19 anos. As análises indicaram que as quatro classes de reação ao conflito conjugal investigadas se mostraram relacionadas ao ajustamento dos filhos, embora a força da relação tenha se mostrado maior para cognição e afeto negativo do que para respostas fisiológicas e comportamentais. Entretanto, é importante considerar que embora o conflito conjugal possa provocar diversas reações nos filhos, essas respostas são concomitantes.

As dimensões psicológicas cognitiva, emocional e comportamental são pertinentes e interconectadas para o entendimento da perspectiva dos filhos sobre o conflito conjugal. A avaliação cognitiva é importante, pois é através dela que os filhos tentam entender as causas e as consequências do conflito conjugal (Grych & Fincham, 1990). Este processo de avaliação inclui a percepção da ocorrência do conflito e o processamento cognitivo, visando a sua interpretação (Fosco & Grych, 2008). Em consequência, a percepção de ameaça refere-se ao medo acerca da escalada da agressividade entre os pais, de serem envolvidos no conflito, ou de que o desfecho leve à separação. E a percepção de culpa indica que os filhos se consideram a causa do conflito. Por fim, a eficácia do *coping* relaciona-se à crença dos filhos sobre a sua capacidade de lidar com o conflito conjugal.

Grych e Fincham (1993) testaram o papel mediador da avaliação cognitiva dos filhos na relação entre o conflito e o seu ajustamento. Para isso, desenvolveram um estudo com 45 crianças com idade entre 11 e

12 anos, que foram avaliadas quanto as suas respostas cognitivas, afetivas e de *coping* a conflitos conjugais diferindo em intensidade e conteúdo. Os resultados indicaram percepção de ameaça e maiores níveis de afeto negativo em conflitos mais intensos. Além disso, os filhos relataram mais sentimentos de culpa e de medo de envolvimento no conflito quando se responsabilizaram por esse tipo de situação, tendendo, nesse caso, a adotar estratégias de intervenção. Esses achados sugerem que os filhos estão atentos às diferentes expressões do conflito conjugal, preocupando-se mais com aqueles mais intensos. A motivação para intervir parece estar relacionada ao seu entendimento acerca da causa do conflito. Pesquisas posteriores corroboraram esses resultados (Gerard, Buehler, Franck, & Anderson, 2005; George, Fairchild, Cummings, & Davies, 2014; Goulart & Wagner, 2013).

Também guiados pelo Modelo Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990), Rogers e Holmbeck (1997) examinaram, entretanto, o papel moderador da avaliação cognitiva e a escolha das estratégias de enfrentamento dos filhos sobre os efeitos dos conflitos. Os pesquisadores tiveram como foco a relação entre a agressão conjugal e o ajustamento dos filhos. Participaram deste estudo 80 adolescentes entre 11 e 15 anos, que informaram a sua visão sobre a frequência e a intensidade de conflito conjugal, e sobre as suas crenças sobre os conflitos dos seus pais e as suas estratégias de enfrentamento dessas situações. Os resultados indicaram que conflitos mais frequentes e intensos estão relacionados a problemas de ajustamento, como altos níveis de depressão e de comportamentos de externalização. Além disso, problemas de baixa autoestima e depressão mostraram-se associados a crenças problemáticas sobre o conflito e ao uso ineficaz de respostas de enfrentamento. Outro aspecto relevante para o processo de avaliação do conflito é a representação interna que os filhos constroem acerca do relacionamento conjugal. A Teoria do Apego (Bowlby, 1969), perspectiva teórica que orienta o Modelo da Segurança Emocional, pressupõe que o relacionamento familiar fornece modelos ou representações das relações familiares que são internalizadas pelos filhos. De acordo com esse pressuposto, essas representações são construídas a partir da experiência passada com o conflito conjugal e servem como guia para os filhos em suas relações sociais (Bascoe, Davies, Sturge-Apple, & Cummings, 2009).

Desta forma, a exposição ao conflito conjugal destrutivo pode levar os filhos a construírem representações inseguras sobre relacionamento entre os pais, constituindo uma fonte de ameaça ao seu bem-estar. Estas representações inseguras podem levar os filhos a adotar um viés interpretativo do conflito, exacerbando as suas implicações negativas. Como consequência disso, os filhos podem ficar mais suscetíveis a problemas de ajustamento (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; Jouriles, Vu, McDonald, & Rosenfield, 2014).

Considerando que o processo de desenvolvimento incrementa os recursos cognitivos e emocionais, alguns estudos têm investigado a forma como a avaliação que os filhos fazem dos conflitos de seus pais muda ao longo do tempo. Um exemplo disso é o estudo longitudinal de Richmond e Stocker (2007). Foram coletados dados de 112 famílias, nas quais dois filhos com idade média variando entre 8 e 19 anos, responderam a uma escala para avaliar a sua percepção do conflito conjugal. Ambos os pais completaram individualmente uma escala para medir a exposição de cada um dos dois filhos às discórdias do casal. Os achados sugerem que fatores como desenvolvimento, exposição ao conflito e o sexo influenciam a forma como os filhos avaliam o conflito conjugal, mas com diferentes padrões para as avaliações de ameaça e culpa. Com relação às mudanças nas avaliações do conflito ao longo do tempo, os resultados indicaram que as avaliações de ameaça diminuíram rapidamente da infância para a adolescência, mas que seu declínio se tornou mais lento durante esta última etapa do desenvolvimento. Já a culpa mostrou-se relativamente estável no tempo.

Somada à avaliação cognitiva, a dimensão emocional está envolvida na interpretação que os filhos fazem do conflito conjugal, e ambas tomam parte na forma como os filhos reagem a esse evento. O componente emocional do Modelo Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990) é o afeto, considerado importante para a avaliação do significado do conflito e para a orientação do comportamento. De acordo com esse modelo, a resposta emocional inicial decorrente do processamento primário do conflito, influencia o processamento secundário. Posteriormente, o afeto modulado pela resposta emocional inicial em conjunto com o entendimento do conflito conjugal decorrente do processamento secundário guiam as estratégias de enfrentamento dos filhos. A eficácia da forma de en-

frentamento do conflito conjugal influencia a resposta afetiva dos filhos. Isto é, o sucesso das estratégias pode levar à redução do afeto negativo, e, por outro lado, a ineficácia pode manter ou piorar o sofrimento dos filhos (Grych & Fincham, 1990).

Apesar de o aspecto emocional estar contemplado no Modelo Cognitivo-comportamental (Grych & Fincham, 1990), a importância da emoção como processo envolvido da associação entre o conflito conjugal e o impacto no comportamento dos filhos é dada no Modelo da Segurança Emocional (Davies & Cummings, 1994). De acordo com a Hipótese da Segurança Emocional, conflitos podem minar o senso de segurança emocional dos filhos. Nesse sentido, as respostas dos filhos resultam das consequências causadas por esse tipo de conflito para o bem-estar de toda a família. Desta forma, os aspectos fundamentais da segurança emocional são o bem-estar e a capacidade de regulação das emoções frente a eventos estressores (Davies & Cummings, 1994). Portanto, o conflito conjugal pode ser considerado um estressor que leva os filhos a tentativas de regular as suas emoções para se sentirem emocionalmente seguros.

A partir da perspectiva da segurança emocional (Davies & Cummings, 1994), os filhos fazem uma avaliação do conflito conjugal que envolve processos cognitivos e emocionais. Se o conflito conjugal não ameaça o senso de segurança emocional dos filhos, esses se sentem otimistas quanto ao desfecho do conflito. Por outro lado, o entendimento de que o conflito conjugal é ameaçador leva a um aumento da excitação emocional negativa nos filhos. Essa reação faz com que eles se sintam emocionalmente inseguros e perturba a regulação das emoções e do seu comportamento. Assim, os sentimentos de insegurança afetam a capacidade dos filhos de lidar com o conflito (Crockenberg & Langrock, 2001; Davies, Sturge-Apple, Bascoe, & Cummings, 2014).

A suposição de que experiências anteriores dos filhos com o conflito conjugal influenciam novas exposições a essas situações foi testada por Cummings, Kouros e Papp (2007) em um estudo longitudinal nos Estados Unidos. A agressão sofrida foi investigada como preditora de conflitos conjugais atuais, e como moderadora das respostas emocionais e comportamentais dos filhos em 234 filhos com idades entre oito e 18 anos e seus pais. Os resultados indicaram que as emoções expressadas e as estratégias usadas pelos pais durante o conflito mostraram-se preditores das

reações emocionais dos filhos. As emoções negativas de ambos os pais, e as estratégias destrutivas maternas não só previram emoções menos positivas nos filhos, como também previram mais tristeza. Além disso, uma maior probabilidade de envolvimento no conflito foi observada nos filhos mais velhos, assim como níveis menores de respostas emocionais positivas (Cummings et al., 2007). Os filhos anteriormente expostos à agressão conjugal mostraram-se mais atentos e perturbados diante do conflito. Por outro lado, filhos cujos pais apresentaram maiores níveis de agressão conjugal mostraram-se mais atentos a estratégias construtivas.

Em relação aos comportamentos dos filhos referentes ao conflito conjugal, a literatura descreve essa classe de resposta, na ampla maioria das publicações especializadas, como estratégias ou *coping*. Apesar de nomeadas diferentemente, observa-se que frequentemente são usadas como sinônimos e referem-se aos esforços dos filhos para lidar com os conflitos conjugais. São descritas duas classes de estratégias, uma centrada no problema e outra na emoção (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1990; Cummings & Davies, 2002). O primeiro tipo compreende intervenções para tentar resolver o conflito, como, por exemplo, a mediação. Já as ações centradas na emoção envolvem tentativas de modificar o próprio estado emocional, como, por exemplo, a busca por apoio emocional ou a evitação do conflito (Cummings & Davies, 2002).

A literatura sobre *coping* admite que cada forma de *coping* é mais adequada para um tipo de estressor (Kerig, 2001). Isto é, o *coping* focado no problema é mais indicado quando crianças e adolescentes têm controle sobre o estressor com o qual estão lidando, já que ações focadas no problema podem ser efetivas para solucioná-lo. De outro modo, quando o estressor é incontrolável, como o conflito conjugal, ações focadas na emoção são consideradas mais adaptativas para os filhos (Kerig, 2001). Ambos os modelos teóricos incluem considerações sobre as respostas de *coping* dos filhos frente ao conflito conjugal. Para o Modelo Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990) a expectativa dos filhos sobre a sua habilidade em lidar com o conflito conjugal pode influenciar as suas estratégias de enfrentamento. Isto é, alta crença na eficácia leva à intervenção, enquanto baixa crença tende a reduzir os esforços dos filhos.



Embora sem estar orientado pelo Modelo Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990), um estudo norte-americano feito na década de 1990 investigou a diferença nas crenças dos filhos acerca das suas estratégias para reduzir a hostilidade entre os seus pais (Covell & Miles, 1992). As pesquisadoras encontraram que, para crianças com idade entre quatro e seis anos, a intervenção direta no conflito é uma estratégia reconhecida por elas e por seus pais como efetiva. Contudo, para crianças com idades entre 10 e 12 anos esta atitude é vista, tanto por elas como por seus pais, como ineficaz. Os resultados sugerem que o envolvimento das crianças pequenas no conflito conjugal pode ser eficaz para a sua cessação pelo fato de que a sua intervenção sinaliza aos pais que tais situações são potencialmente estressantes para os filhos. Os filhos mais velhos, por outro lado, têm um entendimento mais desenvolvido do relacionamento entre os pais e talvez por isso acreditem que nem sempre é necessário ou eficaz intervir (Covell & Milles, 1992).

O Modelo da Segurança Emocional (Davies & Cummings, 1994), relaciona o uso das estratégias ao senso de segurança emocional. Isto é, considera que as estratégias que os filhos adotam para lidar com os conflitos conjugais ocorrem como um esforço para aumentar ou restabelecer o seu senso de segurança. Com esse objetivo, os filhos podem ter motivação para controlar, reduzir ou terminar o conflito entre os pais. Os autores desse modelo destacam que esses comportamentos podem ser efetivos no momento do seu uso, entretanto, se tornam desadaptativos em longo prazo. Por exemplo, os filhos podem se engajar em um comportamento negativo como uma estratégia para desviar a atenção dos pais e com isso obter sucesso em cessar o conflito. Contudo, o reforço desse tipo de comportamento por parte dos pais pode incentivar a sua repetição em outras situações semelhantes, se tornando, portanto, prejudicial para os filhos (Davies & Cummings, 1994).

Pesquisa longitudinal americana com 119 mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos (Jouriles, Vu, McDonald, & Rosenfield, 2014) investigou a percepção das crianças (entre 7 e 10 anos de idade) sobre o conflito conjugal, seu envolvimento no conflito e as consequências para seu desenvolvimento. Os resultados longitudinais demonstraram que quanto maior o envolvimento dos filhos no conflito conjugal, maior o nível de problemas de ajustamento, externalizante (por exemplo, a agressividade) e internalizante

(ansiedade). Ainda, o envolvimento no conflito foi o principal preditor de problemas externalizantes longitudinalmente, mesmo controlando a amostra para os níveis de violência e conflito.

Também nesse sentido, uma pesquisa longitudinal realizada no Reino Unido, investigou o papel de respostas adaptativas e desadaptativas dos filhos ao conflito conjugal e encontrou evidências coerentes com a perspectiva da segurança emocional (Shelton & Harold, 2007). A amostra incluiu 100 participantes com idades entre 10 e 14 e seus pais que responderam a instrumentos sobre o conflito conjugal, os comportamentos de *coping* e o ajustamento psicológico dos filhos, no início da pesquisa e após um ano. Os resultados indicam que não foram identificados indícios de que a busca por apoio ou ações para modificar o comportamento funcionaram como respostas adaptativas. Por outro lado, foram encontradas evidências de que os filhos expostos ao conflito conjugal parecem estar mais propensos ao uso de comportamentos desadaptativos, que por sua vez estão relacionados a problemas psicológicos, tais como ansiedade, depressão e baixa autoestima. O uso de comportamentos para descarregar emoções negativas, como por exemplo, agir agressivamente, pode tornar os filhos mais suscetíveis a sintomas depressivos e ansiosos (Shelton & Harold, 2007).

De acordo com os autores desse estudo, estratégias para aliviar a tensão despertada pelo conflito podem ter um efeito benéfico imediato para os filhos, mas não são efetivas de fato. Os resultados sugerem que alguns filhos têm um repertório restrito de estratégias efetivas para lidar com o conflito entre os seus pais e podem precisar de ajuda para se adaptar a tais situações ao longo do tempo (Shelton & Harold, 2007).

Pesquisas mais recentes também demonstram o papel mediador do senso de segurança emocional entre a exposição ao conflito e as consequências para o desenvolvimento da prole, corroborando o modelo de Davies e Cummings (1994). Estudo longitudinal realizado com 235 famílias nos Estados Unidos durante 7 anos apontou o efeito mediador que a insegurança sobre o relacionamento conjugal atua entre a exposição ao conflito e problemas no desenvolvimento dos filhos na última fase da pesquisa (George, Fairchild, Cummings, & Davies, 2014; Davies, Sturge-Apple, Bascoe, & Cummings, 2014). As consequências para o desenvolvimento demonstradas pelos resultados falam de maior incidência de distúrbios alimentares

(George, Fairchild, Cummings, & Davies, 2014) além de maiores níveis de problemas psicológicos como, dificuldades emocionais, problemas de comportamento, menor desempenho acadêmico e dificuldades interpessoais (Davies, Sturge-Apple, Bascoe, & Cummings, 2014).

No contexto nacional, um estudo que utilizou a técnica do grupo focal investigou, além da forma como crianças e adolescentes gaúchos caracterizam os conflitos conjugais, as estratégias de enfrentamento que adotam diante de tais situações no contexto familiar (Goulart & Wagner, 2013). Os participantes desse estudo referiram que reconhecem a ocorrência dos conflitos e sofrem suas consequências, embora nem sempre entendam suas causas. Para lidar com os conflitos usam estratégias variadas desde ignorá-los até adotar atitudes autodestrutivas. Resultados semelhantes em relação ao entendimento e as estratégias de enfrentamento frente aos conflitos conjugais foram encontrados por um estudo qualitativo que utilizou a técnica do sociodrama temático com 45 adolescentes paulistanos, entre 13 e 16 anos (Toloi, 2006).

Com base em uma ampla e atualizada revisão, Cummings e Davies (2010) alertam que ainda não é possível tirar conclusões definitivas sobre o papel do sexo e da idade no impacto do conflito conjugal na vida dos filhos. Conforme destacam esses pesquisadores, estudos com amostras grandes e também metanálises não têm encontrado evidências suficientes para apontar qual sexo ou estágio de desenvolvimento dos filhos é mais vulnerável ao conflito conjugal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi descrever as repercussões do conflito conjugal para o ajustamento de crianças e adolescentes, a partir da literatura. Neste sentido, identificou-se que desde as suas proposições, na década de 1990, os Modelos Cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990) e da Segurança Emocional (Davies & Cummings, 1994) têm sido amplamente usados para compreender e investigar a relação entre o conflito conjugal e o ajustamento dos filhos. No cenário internacional, observa-se que a ampla maioria das pesquisas remete à, pelo menos, um dos dois modelos teóricos. Ainda que escassos, da mesma forma, os estudos nacionais orientam-se com base nesses modelos teóricos. Identifica-se que a opção por um dos dois modelos reside muito mais nas concepções teóricas de

cada pesquisador, do que nas evidências empíricas acerca de maior precisão e efetividade de um ou de outro modelo. Os achados indiciam que diante do desafio de lidar com conflito conjugal, os filhos empreendem tanto esforços cognitivos quanto emocionais para significar e lidar com essa situação no contexto familiar. Eles utilizam seus recursos cognitivos e emocionais para processar as informações que retiram do contexto do conflito conjugal, levando em conta também a sua experiência passada com esse tipo de situação familiar.

Como principal contribuição de ambos os modelos, ressalta-se a indicação de direções para a comunidade científica quanto à necessidade de avançar o conhecimento acerca dos processos envolvidos na relação entre o conflito conjugal e o ajustamento dos filhos. Nesse sentido, destacam-se o reconhecimento do caráter multidimensional do conflito e a existência da multiplicidade de caminhos e fatores que influenciam a vulnerabilidade dos filhos ao conflito conjugal. Esse processo de avaliação do conflito conjugal abrange componentes cognitivos e emocionais, que podem variar de acordo com o estágio de desenvolvimento dos filhos. As características como frequência, intensidade, resolução e conteúdo do conflito conjugal também podem influenciar a sua reverberação no desenvolvimento dos filhos. Além disso, os aspectos contextuais, como a experiência prévia dos filhos com o conflito conjugal também os afeta, pois servem como pano de fundo para interpretação de episódios futuros de divergência entre os pais.

As pesquisas internacionais são muito mais frequentes e têm como população alvo participantes de culturas de língua inglesa. Os estudos mais numerosos e expressivos sobre as relações entre o conflito conjugal e o ajustamento dos filhos são baseados, sobretudo, em amostras compostas por participantes norteamericanos brancos e de classe média. Poucas são as pesquisas encontradas sobre a temática cujo foco são participantes de outros grupos étnico-culturais. Os resultados encontrados por esses estudos com participantes americanos de origem hispânica, porém, apontam para conclusões semelhantes às descritas pela literatura geral, demonstrando uma forte ligação entre o conflito conjugal e seus impactos negativos para o desenvolvimento dos filhos (Buehler & Gerard, 2002; Stutzman et al., 2011). Ainda assim, é preciso analisar os resultados apresentados com cautela, pois estes podem apresentar um viés cultural. No Brasil, as pu-

blicações sobre uma temática de tal relevância social ainda são escassas. Mais estudos nessa área que sejam adequados à realidade brasileira serão importantes para embasar ações clínicas, e de intervenção junto a famílias e casais.

Na análise da literatura sobre o tema, observa-se que a ampla maioria das pesquisas internacionais utiliza um delineamento do tipo quantitativo transversal, embora existam alguns estudos longitudinais. Os pesquisadores têm investido em estudos que investigam os processos envolvidos na relação entre a exposição dos filhos ao conflito conjugal e diferentes aspectos do seu desenvolvimento. Considerando-se a complexidade do tema e o consequente refinamento metodológico exigido para dar conta da interação das múltiplas variáveis envolvidas nesse fenômeno, os investigadores têm adotado a estratégia de eleger variáveis relacionadas a dimensões psicológicas dos filhos. Isso resulta em achados similares, entretanto, muitas vezes não integrados, por assumirem uma variável ou instrumentos de avaliação distintos, o que resulta em evidências não passíveis de comparação e integração.

Frente à carência de pesquisas com a população brasileira, e da relevância do tema, recomenda-se que sejam desenvolvidos estudos nacionais que analisem se estes achados internacionais são pertinentes a realidade brasileira e ajudem a tentar compreender como os filhos vivenciam a dinâmica do relacionamento entre os seus pais, principalmente no que se refere aos conflitos conjugais.

## REFERÊNCIAS

- Atkinson, E. R., Dadds, M. R., Chipuer, H., & Dawe, S. (2009). Threat is a multidimensional construct: Exploring the role of children's threat appraisals in the relationship between interparental conflict and child adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *37*, 281-292. DOI: 10.1007/s10802-008-9275-z.
- Bandura, A. (1973). *Aggression: A social learning approach*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Barletta, J., & O'Mara, B. (2006). A review of the impact of marital conflict on child adjustment. *Australian Journal of Guidance & Counseling*, *16*(1), 91-105. DOI: 10.1375/ajgc.16.1.91
- Bascoe, S. M., Davies, P. T., Sturge-Apple, M. L., & Cummings, E. M. (2009). Children's representations of family relationships, peer information processing, and school adjustment. *Developmental Psychology*, *45*(6), 1740-1751. DOI: 10.1037/a0016688
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito conjugal: Impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *19*(2), 261-268. DOI: 10.1590/S0102-79722006000200012.
- Bradbury, T. N., & Fincham, F. D. (1987). Affect and cognition in close relationships: Toward an integrative model. *Cognition and Emotion*, *1*, 59-87. DOI: 10.1080/02699938708408364
- Bradbury, T. N., & Fincham, F. D. (1989). Behavior and satisfaction in marriage: Prospective mediating processes. *Review of Personality and Social Psychology*, *10*, 119-143.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss: Vol.1. Attachment*. New York: Basic Books.
- Buehler, C., & Gerard, J. M. (2002). Marital conflict, ineffective parenting, and children's and adolescents' maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, *64*, 78-92.
- Crockenberg, S., & Langcrook, A. (2001). The role of emotion and emotion regulation in children's responses to interparental conflict. In: J. H. Grych & F. D. Fincham. (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research, and application* (pp. 129-156). New York: Cambridge University Press.
- Cummings, E. M., & Cummings, J. J. (1988). A process-oriented approach to children's coping with adult's angry behavior. *Developmental Review*, *8*, 296-321. Retirado de: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0273229788900081>
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *43*, 31-63. DOI: 10.1111/1469-7610.00003
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2010). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. New York, NY: The Guilford Press.
- Cummings, E. M., Simpson, K. S., & Wilson, A. (1993). Children's responses to interadult anger as a function of information about resolution. *Developmental Psychology*, *29*, 978-985. Retirado de: <http://psycnet.apa.org/journals/dev/29/6/978.pdf>
- Cummings, E. M., Kouros, C. D., & Papp, L. M. (2007). Marital aggression and children's responses to everyday interparental conflict. *European Psychologist*, *12*(1), 17-28. DOI: 10.1027/1016-9040.12.1.17
- Covell, K., & Miles, B. (1992). Children's beliefs about strategies to reduce parental anger. *Child Development*, *63*, 381-390. DOI: 10.1111/j.1467-8624.1992.tb01634.x
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis.

- Psychological Bulletin*, 116, 387-411. Retirado de: <http://www.psych.rochester.edu/graduate/developmental/faculty/documents/MaritalConflictandchildadjustment1994.pdf>
- Davies, P. T., Sturge-Apple, M. L., Bascoe, S. M., & Cummings, E. M. (2014). The legacy of early insecurity histories in shaping adolescent adaptation to interparental conflict. *Child Development*, 85, 338-354. DOI: 10.1111/cdev.12119.
- Dunn, J., & Davies, L. (2001). Sibling relationships and interparental conflict. In: J. H. Grych & F. D. Fincham. (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research, and application* (pp. 273-290). New York: Cambridge University Press.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelations of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108-132. DOI: 10.1037/0033-2909.118.1.108
- Fincham, F. D., & Hall, J. H. (2005). Parenting and the marital relationship. In: T. Luster & L. Okagaki (Eds.), *Parenting: An ecological perspective* (pp. 205-234). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Fincham, F. D. (2009). Marital conflict. In *Encyclopedia of Human Relationships: Vol. 1* (pp. 298-303). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Fosco, G. M., & Grych, J. H. (2008). Emotional, cognitive, and family systems mediators of children's adjustment to interparental conflict. *Journal of Family Psychology*, 22(6), 843-854. DOI: 10.1037/a0013809
- George, M. W., Fairchild, A. J., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2014). Marital conflict in early childhood and adolescent disordered eating: Emotional insecurity about the marital relationship as an explanatory mechanism. *Eating Behaviors*, 15, 523-539. DOI: 10.1016/J.eatbeh.2014.06.006.
- Gerard, J. M., Buehler, C., Franck, K., & Anderson, O. (2005). In the eyes of the beholder: Cognitive appraisals as mediators of the association between Interparental conflict and youth maladjustment. *Journal of Family Psychology*, 19(3), 376-384. DOI: 10.1037/0893-3200.19.3.376
- Grych, J. H., Fincham, F. D., Jouriles, E. N., & McDonald, R. (2000). Interparental conflict and child adjustment: Testing the mediational role of appraisals in the cognitive-contextual framework. *Child Development*, 71, 1648-1661. DOI: 10.1111/1467-8624.00255
- Grych, J. H., & Cardoza-Fernandes, S. (2001). Understanding the impact of interparental conflict on children: The role of social cognitive processes. In: J. H. Grych, & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research, and application* (pp. 157-187). New York: Cambridge University Press.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108, 267-290. Retirado de: <http://www.chs.fsu.edu/~ffincham/papers/pb-child-prob-and-mc-pb-90.pdf>
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1993). Children's appraisals of marital conflict: Initial investigations of the cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 118, 267-290. Retirado de: <http://www.chs.fsu.edu/ffincham/papers/cd-initial-test-2003.pdf>
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (Eds.) (2001). *Interparental conflict and child development: Theory, research, and application*. New York: Cambridge University Press.
- Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M., Harold, G.T., & Shelton, K. H. (2003). Categories and continua of destructive and constructive marital conflict tactics from the perspective of U.S. and Welsh children. *Journal of Family Psychology*, 17, 327-338. DOI: 10.1037/0893-3200.17.3.327
- Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M., & Papp, L. M. (2007). Children and marital conflict resolution: Implications for emotional security and adjustment. *Journal of Family Psychology*, 21(4), 744-753. DOI: 10.1037/0893-3200.21.4.744
- Goulart, V. R., & Wagner, A. (2013). Os conflitos conjugais na perspectiva dos filhos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 392-408.
- Harold, G. T., Aitken, J. J., & Shelton, K. H. (2007). Interparental conflict and children's academic attainment: A longitudinal analysis. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48(12), 1223-1232. DOI: 10.1111/j.1469-7610.2007.01793.x
- Jouriles, E. N., Vu, N. L., McDonald, R., & Rosenfield, D. (2014). Children's appraisals of conflict, beliefs about aggression, and externalizing problems in families characterized by severe intimate partner violence. *Journal of Family Psychology*, 15. DOI: 10.1037/a0037921
- Kerig, P. K. (2001). Children's coping with interparental conflict. In: J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research and application* (pp. 213-248). New York: Cambridge University Press.
- Kouros, C. D., Goeke-Morey, M. C., Papp, L. M., & Cummings, E. M. (2014). Spillover between marital quality and parent-child relationship quality: Parental depressive symptoms as moderators. *Journal of Family Psychology*, 28(3), 315-325. DOI: 10.1037/a0036804
- Krishnakumar, A., & Bueher, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49(1), 25-44. DOI: 10.1111/j.1741-3729.2000.00025.x

- Lindahl, K. M., & Malik, N. M. (2011). Marital conflict typology and children's appraisals: The moderating role of family cohesion. *Journal of Family Psychology*, 25(2), 194-201. DOI: 10.1037/a0022888.
- McCoy, K., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children's prosocial behavior. *Child Psychology and Psychiatry*, 50(3), 270-279. DOI: 10.1111/j.1469-7610.2008.01945.x
- Mosmann, C., & Wagner, A. (2008). Dimensiones de la conjugalidad y la parentalidad: Un modelo correlacional. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 10(2), 79-103. Retirado de: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/802/80212387005.pdf>
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 12(2), 5-16. Retirado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v12n2/v12n2a02.pdf>
- Papp, L. M., Cummings, E. M., & Goeke-Morey, M.C. (2009). For richer, for poorer: Money as a topic of marital conflict in the home. *Family Relations*, 58, 91-103. DOI: 10.1111/j.1741-3729.2008.00537.x
- Rhoades, K. A. (2008). Children's responses to interparental conflict: A meta-analysis of their associations with child adjustment. *Child Development*, 79(6), 1942-1956. DOI: 10.1111/j.1467-8624.2008.01235.x
- Richmond, M. K., & Stocker, C. M. (2007). Changes in children's appraisals of marital discord from childhood through adolescence. *Journal of Family Psychology*, 21(3), 416-425. DOI: 10.1037/0893-3200.21.3.416
- Rogers, M. J., & Holmbeck, G. N. (1997). Effects of interparental aggression on children's adjustment: The moderating role of cognitive appraisal and coping. *Journal of Family Psychology*, (11)1, 125-130. DOI: 10.1037/0893-3200.11.1.125
- Shelton, K. H., & Harold, G. T. (2007). Marital conflict and children's adjustment: The mediating and moderating role of children's coping strategies. *Social Development*, 16(3), 497-512. DOI: 10.1111/j.1467-9507.2007.00400.x
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., & Cummings, E. M. (2006a). The impact of interparental hostility and withdrawal on parental emotional unavailability and children's adjustment difficulties. *Child Development*, 77, 1623-1641.
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., & Cummings, E. M. (2006b). Hostility and withdrawal in marital conflict: Effects on parental emotional unavailability and inconsistent discipline. *Journal of Family Psychology*, 20, 227-238.
- Stutzman, S. V., Bean, R. A., Miller, R. B., Day, R. D., Feinauer, L. L., Porter, C. L., & Moore, A. (2011). Marital conflict and adolescent outcomes a cross-ethnic group comparison of Latino and European-American youth. *Children and Youth Services Review*, 33, 663-668. DOI: 10.1016/j.childyouth.2010.11.009.
- Szelbraciokowski, A. C., & Dessen, M. A. (2007). Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: revisão de literatura. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 12(1), 33-40. DOI: 10.1590/S1413-73722007000100005
- Toloi, M. D. C. (2006). *Filhos do divórcio: Como compreendem e enfrentam conflitos conjugais no casamento e na separação*. (Tese de doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Retirado de: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3950](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3950)
- Villas Boas, A. C. V. B., Dessen, M. A., & Melchiori, L. E. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: Uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 91-102. Retirado de: <http://146.164.3.26/seer/lab19/ojs2/index.php/ojs2/article/viewFile/527/454>
- Zimet, D., & Jacob, T. (2000). Influences of marital conflict on child adjustment: Review of theory and research. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 4(4), 319-335. DOI: 10.1023/A:1013595304718.

Recebido em: 14/03/2014  
 Última revisão em: 25/10/2014  
 Aceito em: 26/10/2014